

[AGRICULTURA E CLIMA I]

O mato que já foi grosso

Nos últimos dez anos, Mato Grosso respondeu por 40% do desmatamento da Amazônia Brasileira e emitiu cerca de 1 bilhão de toneladas de carbono – média anual de 100 milhões de toneladas, equivalente a 10% do total das emissões globais por desmatamento. As informações, citadas por pesquisadores do Instituto Centro de Vida (ICV), por si só justificam uma política para combater as mudanças climáticas no estado responsável por grande parte da produção agropecuária nacional.

No início de setembro, houve, por parte do ICV e do Instituto Socioambiental,

a tentativa de lançar um fórum estadual sobre o tema, em busca de um programa que conjugasse os esforços dos setores mais díspares da sociedade no combate às emissões no estado. Um encontro entre ONGs, grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, povos indígenas e cientistas, realizado em Cuiabá, contava com a participação do governador do estado, Blairo Maggi, para apresentar propostas e lançar oficialmente o fórum. Mas, em uma rápida passagem pelo evento, Maggi não sinalizou qualquer plano estadual para esse combate.

O não-comparecimento de 40

representantes da chamada "agricultura intensiva" também prejudicou maiores avanços na discussão de propostas. Ao final, o encontro gerou um protocolo de intenções, firmado entre o governo, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e as organizações ICV, ISA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e The Nature Conservancy (TNC). O objetivo do protocolo é criar uma cooperação entre as partes para mitigar as emissões e buscar ações de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em Mato Grosso. – *por Amália Safatle*

[AGRICULTURA E CLIMA II]

E a mata que vale bilhões

Apontado como valioso mecanismo para o combate ao desmatamento em Mato Grosso, além das práticas de comando e controle, a Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (Redd) mereceu um estudo dos pesquisadores Laurent Micol e João Andrade, do ICV, e Jan Börner, da Iniciativa Amazônica, sobre sua aplicação no estado.

O ICV é uma das organizações não-governamentais atuantes na região, ao lado do ISA, Greenpeace, TNC, Conservação Internacional, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Imazon e WWF-Brasil, que criaram o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira.

Segundo os autores do estudo, as metas propostas pelo Pacto – reduzir em 75% o **desmatamento no estado nos próximos dez anos com relação ao total medido entre 1997 e 2006** – resultariam em uma diminuição na emissão de gases de efeito estufa equivalente a cerca de US\$ 1 bilhão por ano, nos próximos dez anos.

O governador do estado, Blairo Maggi, entretanto, salientou que a aplicação do Redd deve respeitar a diferença entre estados com grande cobertura florestal, como o do Amazonas, onde representa 97% do território, e os de grande atividade



agropecuária, como o de Mato Grosso. "É preciso preservar o direito que o estado tem de ter uma economia forte." Segundo o governador, "Mato Grosso não é a última fronteira agrícola, e, sim, a primeira defesa da Amazônia", pois, ao permitir a produção em suas terras, evita que ela se expanda para a Floresta Amazônica. (AS)

[AGRICULTURA E CLIMA III]

Pesquisas de impacto

O estudo divulgado em agosto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Unicamp – *Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil* –, que estima as perdas em nove culturas em face das mudanças climáticas, representa só o começo de uma série de pesquisas que prometem mergulhar nesse campo. Em janeiro deve se iniciar um projeto, com duração de quatro anos, destinado a avaliar o impacto sobre 30 espécies, entre grãos (soja, milho, trigo, sorgo, arroz e feijão), frutíferas (pêssego, maçã, pêra, uva, banana, manga e coco), industriais (mamona, algodão, girassol, mandioca e laranja), plantas forrageiras e essências florestais em todos os biomas brasileiros.

Coordenado por Giampaolo Queiroz Pellegrino, pesquisador em mudanças climáticas da Embrapa, o projeto vai se realizar em parceria com 15 instituições científicas. Pellegrino, que participou do estudo publicado há dois meses, pretende descobrir, por exemplo, qual será o efeito da maior concentração de dióxido de carbono e da elevação da temperatura sobre as culturas.

Segundo ele, diante do aumento de pelo menos 2 graus no

[AGRICULTURA E CLIMA IV]

Feliz combinação

Importante alternativa para reduzir a pressão sobre as regiões de vegetação natural, o Sistema Integrado Lavoura-Pecuária (Silp) já é capaz de promover a mesma produção agropecuária em apenas um terço da área usada em modelos convencionais. A informação é de Flávio Jesus Wruck, do Centro Nacional de Pesquisa em Arroz e Feijão, da Embrapa.

O Silp promove o revezamento de culturas como pasto, arroz, soja, milho, sorgo e eucalipto, entre outras, em processos sinérgicos que aumentam a produtividade, oferecem renda para o produtor durante o ano todo, evitam a degradação do solo e podem ser

aplicados tanto em grandes como em pequenas propriedades. Mas ainda é uma técnica pouco difundida em território nacional. "O estado com maior aplicação é o de Goiás, com cerca de 10% dos produtores praticando a integração entre lavoura e pecuária em algum nível", diz.

Entre as razões, Wruck cita o fato de as pesquisas científicas dedicadas à técnica serem relativamente recentes, de apenas dez anos. "Até então era tudo muito empírico." Outro motivo é a falta de pessoal qualificado para difundir o conhecimento. Para ser significativo, é necessária a formação de cerca de 330 multiplicadores em todo o País. E a



planeta, duas formas de adaptação podem ser perseguidas na agricultura brasileira. Uma refere-se a técnicas de manejo, como rotação de culturas, plantio direto e sistemas integrados de produção entre lavoura e pecuária (*nota abaixo*). Essas práticas possibilitam enfrentar um clima mais adverso que o atual, ao melhorar a condição físico-química do solo, incorporar matéria orgânica e diversificar o sistema produtivo.

Isso torna as culturas mais resistentes ao aumento de temperatura e ao déficit hídrico do que nos plantios tradicionais, baseados na mecanização e adubação intensas, frutos da chamada Revolução Verde. São técnicas minimamente conhecidas e à mão do produtor.

A outra forma exige mais investimento, tempo e é tema controverso: trata-se do melhoramento genético, buscando-se, por meio da transgenia, plantas mais resistentes às mudanças do clima – técnicas que, segundo Pellegrino, levam ao menos dez anos para ser desenvolvidas. (AS)



capacitação de cada técnico leva pelo menos três anos, uma vez que um ciclo produtivo dentro do Silp dura de quatro a cinco anos para ser completado.

Há mais um limitante: o acesso a recursos financeiros, por parte do agricultor, para implantar o sistema. Segundo Wruck, o Banco do Brasil tem linha de financiamento exclusiva para o Silp, com a exigência mínima de que a propriedade mantenha em ordem a Área de Proteção Permanente e a reserva legal. "Em Mato Grosso, por exemplo, o percentual de propriedades que atendem a esses critérios é baixíssimo. Primeiro é preciso resolver a questão fundiária e regularizar as terras." (AS)